



The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

Papers downloaded from AgEcon Search may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.

Comentários sobre o artigo intitulado “Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005”.

Rodolfo Hoffmann, agosto de 2010

Trata-se do artigo de Moreira *et al.*, publicado na Revista de Economia e Sociologia Rural de out.-dez. de 2009 (vol. 47, nº 4).

- 1) Na tabela 1, na p. 935 todos os valores da medida de desigualdade L de Theil são negativos. As medidas usuais de desigualdade são iguais a zero no caso de perfeita igualdade, sendo difícil atribuir significado a um valor negativo. No caso do índice L , o próprio Theil (1967) demonstrou que ele não pode ser negativo.
- 2) Ao fazer um gráfico de uma curva de Lorenz, é usual traçar o bissetor do primeiro quadrante, que é a linha de perfeita igualdade. Nas figuras 2, 3 e 4 do artigo aparece, sem explicação, uma reta que intercepta o eixo das ordenadas no ponto 0,1.
- 3) Na p. 935 afirma-se que as medidas de desigualdade foram calculadas “incluindo pessoas sem rendimentos e sem declaração”. Como incluir no cálculo rendimentos não declarados? Se, nesses casos, foi atribuído um valor à renda, é obviamente necessário informar o procedimento utilizado.
- 4) Na p. 926, lê-se que “O índice de Gini, por exemplo, mede a desigualdade relativa da distribuição de renda pela razão entre uma aproximação numérica para a área da desigualdade e a área de uma distribuição de perfeita igualdade (área do triângulo ABC que é 0,5)”. Está correto dizer que o índice de Gini pode ser definido como a razão entre a área de desigualdade e a área do triângulo ABC, mas é

1030 • Comentários sobre o artigo intitulado “Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005”.

óbvio que esse triângulo não corresponde à “área de uma distribuição de perfeita igualdade.”

- 5) Na p. 927 do artigo afirma-se, corretamente, que o índice de Gini e as duas medidas de Theil obedecem ao critério de Pigou-Dalton, mas é incorreto afirmar que “atendem ao critério da sensibilidade decrescente a transferências, sendo mais sensíveis a transferências de renda na cauda inferior da distribuição que na superior”. O índice de Gini não atende a esse critério. Se considerarmos transferências regressivas com dada razão entre as rendas, apenas o L de Theil obedece a esse critério, como se mostra em Hoffmann (1998, p. 198-206).
- 6) Dizemos que a curva de Lorenz A *domina* a curva de Lorenz B se a ordenada da curva A é sempre maior ou igual à ordenada da curva B (excluindo o caso de duas curvas coincidentes). A distribuição que Lorenz-domina a outra fica, em algum intervalo, mais próxima da linha de perfeita igualdade (ver Lambert, 2001, p. 26). Toda medida de desigualdade que obedece à condição de Pigou-Dalton será menor para a distribuição que Lorenz-domina a outra. Verifica-se que, no segundo parágrafo da p. 934 do artigo de Moreira *et al.*, o conceito de dominância entre curvas de Lorenz está invertido.
- 7) Pelo que consta na p. 932, as pessoas foram agrupadas em 8 estratos de renda (usando o “rendimento de todos os trabalhos” do IBGE?), “considerando a distribuição de igualdade perfeita dentro de cada grupo”. Esse procedimento pode levar a uma subestimação substancial das medidas de desigualdade, e não se justifica quando se dispõe dos dados individuais (microdados).
- 8) O artigo considera a população residente em áreas rurais de 1995 a 2005 e nem faz referência ao fato de que em 2000 o IBGE alterou a delimitação das áreas rurais.
- 9) No artigo considera-se que a população da área rural corresponde às pessoas ocupadas no setor agrícola. Na p. 932 afirma-se que a “agricultura tradicional e familiar... ocupa a maioria da população rural”. Na p. 934 e na p. 936 (no título da seção 4.2) há referência ao “setor rural”.

Ao trabalhar com os dados da PNAD, é importante não confundir “residência na área rural” com “ocupação no setor agrícola”, tornando inapropriado o uso da expressão “setor rural”. Se, na PNAD de 2008, considerarmos todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas e com 15

a 98 horas de trabalho por semana, em todo o País, verifica-se que 33,6% das residentes em área rural têm ocupação fora do setor agrícola e que 29,9% das ocupadas no setor agrícola residem em área urbana. No estado de São Paulo verifica-se que 71,3% dessas pessoas ocupadas residentes em área rural têm atividade não-agrícola e 68,8% das ocupadas no setor agrícola residem em área urbana, tornando absurda a identificação entre “área rural” e “setor agrícola”.

Com base no censo agropecuário de 2006, o IBGE verificou que 74,4% do pessoal ocupado era vinculado à agricultura familiar (IBGE, 2009). Na PNAD de 2006 verifica-se que do total de pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas, com 15 a 98 horas semanais de trabalho e residentes na área rural, apenas 69,5% têm ocupação no setor agrícola. Pode-se, então, estimar que, em 2006, menos de 52% dessas pessoas ocupadas e residentes na área rural estavam na agricultura familiar que, em muitos casos, certamente não pode ser caracterizada como “tradicional”. Não parece razoável, portanto, afirmar que a “agricultura familiar e tradicional” ocupa a maioria da população rural.

- 10) Não fica claro, no artigo, qual foi exatamente a população analisada, e qualquer verificação fica muito dificultada pelo fato de não ser fornecida a série histórica do tamanho dessa população (nem o tamanho da amostra).

Referências bibliográficas

HOFFMANN, R. (1998). *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

IBGE (2009) *Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar* (primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da Federação). Rio de Janeiro, IBGE.

LAMBERT, P. J. (2001) *The distribution and redistribution of income*. 3^a ed. Manchester University Press.

MOREIRA, R. C. et al. (2009) Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005. *Revista de Economia e Sociologia rural*, vol. 47, nº 4, p. 919-944, out.-dez. de 2009.

THEIL, H. (1967) *Economics and information theory*. Chicago, Rand McNally.